O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

SIMONE MOLINA DA PAIXÃO

RESUMO

O presente artigo aborda a importância da construção de uma sociedade inclusiva e o papel da escola nesse contexto. É missão da escola promover a inclusão em todos os espaços, propiciando um ambiente acolhedor e acessível, em que a diversidade seja respeitada e valorizada por todos. Este trabalho se propõe a analisar a trajetória da educação inclusiva no país e seus marcos legais, destacando seus avanços, desafios e implicações na prática pedagógica. Busca-se discutir as estratégias necessárias para que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo para todos, refletindo sobre a importância da formação docente, a adaptação curricular e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão. A justificativa da pesquisa está em analisar e evidenciar os desafios para a construção de um sistema educacional democrático e inclusivo. A compreensão sobre os avanços e desafios da educação inclusiva permite uma análise crítica da realidade, além de possibilitar uma proposição de caminhos que possam contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais. O artigo apresenta as constantes atualizações para garantir a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino, analisando documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Equidade; Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A inclusão é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham oportunidades justas. Notoriamente, a sociedade tem apresentado avanços no que se refere à conceitos essenciais, tais como a acessibilidade e o respeito à diversidade. A valorização das diferenças no convívio social é enriquecedora, e possibilita que a humanidade esteja mais preparada para lidar com desafios e transformações.

O caminho para a construção de uma sociedade inclusiva passa, necessariamente, pela educação. A escola, por ser um dos principais espaços de socialização e aprendizagem, deve promover a inclusão em todos os ambientes, além de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando-se os diferentes ritmos de aprendizagem e as especificidades de cada um. Para que isso aconteça na prática, é necessário que a escola propicie um ambiente acolhedor e acessível, em que a diversidade seja respeitada e valorizada por todos.

No Brasil, a garantia do direito à educação para todos os cidadãos, tem sido respaldada por um conjunto de marcos legais que visam assegurar o acesso e a permanência de estudantes no ambiente escolar. Diante desse cenário, torna-se imprescindível analisar a trajetória da educação inclusiva no país, destacando seus avanços, desafios e implicações na prática pedagógica. O objetivo desse estudo é compreender a evolução da educação inclusiva no Brasil, identificando os principais marcos legais que a estruturam e analisando como eles têm impactado a organização escolar. Além disso, busca-se discutir as estratégias necessárias para que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo para todos. Para tanto, será necessário refletir sobre a importância da formação docente, a adaptação curricular e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão.

A importância deste trabalho está em analisar e evidenciar os desafios para a construção de um sistema educacional democrático e inclusivo. A escola possui um papel fundamental na promoção da equidade, sendo um espaço para a consolidação do exercício da cidadania. Compreender os avanços e

desafios da educação inclusiva permite uma análise crítica da realidade, além de possibilitar uma proposição de caminhos que possam contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais.

A legislação brasileira tem passado por constantes atualizações para garantir a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. Documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva têm reforçado a necessidade de ações efetivas para consolidar esse direito. No entanto, a implementação dessas normativas ainda enfrenta desafios que precisam ser superados para que a inclusão seja de fato uma realidade em todas as escolas do país. Esse estudo busca contribuir para a reflexão acerca do papel da escola na construção de uma sociedade inclusiva, analisando como os marcos legais têm influenciado as práticas pedagógicas e quais medidas podem ser adotadas para fortalecer a inclusão no processo educacional.
Para elaboração deste artigo, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica. O trabalho envolveu uma revisão de literatura, com pesquisa de diferentes autores sobre a educação especial, oferecendo um embasamento teórico consistente e uma visão ampla sobre o assunto.

1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E SEUS MARCOS LEGAIS

A educação inclusiva é um direito assegurado por diversos marcos legais. Por meio deles, os estudantes têm garantido o acesso, a permanência e as aprendizagens, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, instituída pela Lei nº
9.394 de 1996, representou um avanço significativo na garantia do direito à educação para todos os brasileiros. No texto, desde a sua versão original, já está prevista a oferta de atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, reforçando assim, a necessidade de adaptação curricular e formação de professores para atender às especificidades dos estudantes. A LDB consolidou o princípio da inclusão escolar, alinhando-se aos compromissos internacionais reforçados pelo Brasil, como a Declaração de Salamanca, assinada em 10 de junho de 1994, que defende a educação inclusiva como um direito humano fundamental.

Embora o Brasil possua atualmente uma legislação clara e abrangente sobre a educação inclusiva, é relevante considerar que essa conquista é resultado de décadas de mobilização, debates e reivindicações de diversos grupos da sociedade. Historicamente, a educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades era marcada pela segregação, com a criação de escolas e classes especiais que limitavam a participação desses estudantes na rede regular de ensino. Apenas com o fortalecimento dos movimentos sociais, a influência de tratados internacionais, e a evolução das políticas públicas, o país passou a adotar uma perspectiva mais inclusiva, culminando na formulação de marcos legais que garantam o direito de todos à educação em ambientes acessíveis e adaptados às suas necessidades.
Segundo Silva (2012, p. 28), na trajetória da educação especial no Brasil, duas abordagens pedagógicas se destacaram: a médico-pedagógica e a psicopedagógica. De maneira resumida, na abordagem médico-pedagógica, as decisões sobre o diagnóstico e as práticas escolares estão subordinadas ao médico. Já na abordagem psicopedagógica, há uma maior ênfase nos princípios psicológicos, embora o papel do médico continue sendo relevante.
Com o passar do tempo, a abordagem psicopedagógica passou a ganhar mais espaço, porque considera, além dos aspectos clínicos, o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do educando. Essa mudança reflete uma evolução na compreensão da educação especial, ampliando a responsabilidade do processo educativo para além da área médica e incorporando princípios pedagógicos

que valorizam as potencialidades individuais dos estudantes.

De acordo com Fernandes (2013, p. 66) apud Belther (2017, p.14), no Brasil, contexto fortemente marcado pela institucionalização da educação especial no período imperial, a perspectiva da inserção de alunos com deficiência em escolas comuns não sofre grandes alterações, mas se percebe uma mobilização da sociedade civil, que passa a organizar-se em associações, reivindicando dos governos a criação de centros de reabilitação, clínicas e classes anexas a hospitais para ofertar serviços de profissionais da área de saúde, em caráter privado.

Nesse cenário, a sociedade civil, embora ainda distante de um movimento em prol da inclusão educacional, buscava alternativas para o atendimento das pessoas com deficiência, com foco em serviços especializados de saúde. As associações surgiam com a intenção de pressionar os governos para estabelecerem centros de

reabilitação e outras estruturas, porém, devido à falta de políticas públicas externas para a educação inclusiva, a oferta desses serviços seguia uma lógica privada, com a participação de profissionais da área médica e terapêutica. Esse modelo refletia a visão predominante na época em que a deficiência deveria ser tratada como um problema médico e não como uma questão educacional.

Diante desse contexto, surgem importantes instituições no Brasil. Dentre elas, a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, organização privada sem fins lucrativos, fundada em 1950 pelo médico Renato da Costa Bonfim, com a intenção de estabelecer um centro de reabilitação seguindo os mesmos padrões de qualidade encontrados nos centros internacionais. Atualmente, a AACD tem como missão atuar na prevenção, habilitação e reabilitação de crianças e jovens com deficiência física, promovendo sua inclusão social. Surgiram também duas instituições de grande importância no Brasil, que continuam a desempenhar um papel essencial no atendimento especializado a esse público: a Sociedade Pestalozzi, a partir de 1926, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, iniciando suas atividades em 1954. (MAZOTTA, 2005 apud SILVA, 2012, p. 36).

É importante ressaltar que, embora de forma implícita, o direito à educação para pessoas com deficiência já estava contemplado na primeira Constituição do Brasil, de 1824. Por volta de 1857, o Brasil viveu um período de crescimento econômico, estabilização do poder imperial e crescente influência das ideias provenientes, principalmente, da França e de figuras que ganharam destaque internacional. (JANNUZZI, 2004 apud SILVA, 2012, p. 23).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 1961 pode ser vista como um ponto de partida significativo para as políticas públicas na área de educação especial no Brasil. Antes dessa legislação, as ações externas para o atendimento educacional de pessoas com deficiência eram limitadas a iniciativas pontuais e não sistemáticas, que surgiam de maneira isolada e desorganizada dentro do cenário brasileiro. Com a LDBEN, houve um reconhecimento oficial acerca da necessidade de regulamentos e de estruturar a educação especial, o que trouxe um avanço importante ao consolidar, pela primeira vez, diretrizes e bases para a educação de educandos com deficiência em âmbito nacional. Ao longo dos anos, a LDBEN passou por diversas modificações que refletiram as transformações sociais e educacionais do Brasil. A primeira versão da LDBEN, promulgada em 1961, era bastante centrada em uma educação tradicional e

excludente, mas com o tempo, especialmente após a década de 1990, a legislação passou a incorporar aspectos mais inclusivos, com ênfase na igualdade de direitos e na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

As versões da LDBEN, antes de 1996, refletiam uma visão excludente, em que a educação especial era tratada de maneira segregada e distante do ensino regular. Não havia uma articulação clara entre os sistemas educacionais para garantir a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas comuns, e os profissionais da educação não estavam suficientemente preparados para lidar com as diversas necessidades apresentadas. Essa

falta de preparação refletia uma abordagem limitada, que não priorizava a integração e a adaptação das práticas pedagógicas para todos. Nesse contexto, Belther (2017, p.18) destaca:

A LDBEN de 1971 [...] demonstra o despreparo para atender a população com deficiências, perdendo o espaço garantido na LDBEN anterior.

Por fim, mais de vinte anos depois, a LDBEN de 1996 restaura a valorização às pessoas com deficiências. Mais do que isso, essa versão do documento está pautada em políticas inclusivas, uma influência de alguns documentos, como a Declaração de Salamanca [...]. (BELTHER, 2017, p. 18).

Até a década de 1990, o conceito predominante no Brasil e em muitos outros países era o de integração, que pressupunha a inserção de estudantes com deficiência na escola regular, desde que eles se adaptassem às condições já previstas no ambiente. Nessa perspectiva, o sistema educacional não foi necessariamente modificado para atender às necessidades desses educandos, e impôs a eles toda a responsabilidade de se ajustarem às normas e metodologias vigentes. Desta forma, muitas crianças e jovens com deficiência acabaram enfrentando dificuldades para acompanhar as atividades, o que resultou em altos índices de evasão e segregação educacional.

Segundo Fernandes (2013, p. 70) apud Belther (2017, p. 15), por integração entende-se que "as relações entre pessoas com e sem deficiência estimulam a solidariedade, em detrimento da piedade, de modo, a inseri-las, gradativamente, nos círculos sociais comuns".

Ao contrário do modelo de integração, em que o estudante com deficiência precisa se adaptar às condições preexistentes da escola, a educação inclusiva propõe uma transformação no próprio sistema educacional para atender à diversidade dos estudantes. Nesse contexto, é a escola que precisa se preparar para acolher e garantir o pleno desenvolvimento de todos, promovendo um ambiente acessível. Para que esse objetivo seja alcançado é fundamental considerar a eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilização de materiais didáticos adaptados, a implementação de práticas pedagógicas flexíveis e a oferta de recursos de apoio especializados, como professores mediadores, tecnologias assistivas e atendimento educacional especializado – AEE. Além desses fatores, a formação continuada de educadores torna-se essencial para que possam atuar na construção de uma aprendizagem inclusiva, respeitando as singularidades de cada um, e criando estratégias que favoreçam sua participação no processo educativo.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 marcou um momento decisivo na consolidação dos direitos fundamentais, ao estabelecer princípios essenciais como igualdade, autonomia e dignidade da pessoa humana. Pela primeira vez, a legislação brasileira apresentou diretrizes claras e específicas sobre proteção e inclusão de pessoas com deficiência, garantindo seu direito à participação plena na sociedade. Esse novo marco legal surgiu em um período de redemocratização do país, promovendo avanços expressivos ao reafirmar que todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, devem ter acesso a oportunidades de forma equitativa, e ao exercício pleno de sua cidadania.

Neste sentido, Belther (2017, p.44), ressalta que:

A Constituição de 1988 é também conhecida como a Constituição Cidadã, já que apresenta a promoção do bem de todos como um de seus objetivos, isto é, combatendo todas as formas de discriminação. [...] o art. 205 define a educação como um direito de todos, o que permitirá o desenvolvimento pleno, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, O art. 206, por sua vez, estabelece, no inciso I, que as condições de acesso e permanência na escola sejam iguais. A responsabilidade do Estado é reforçada no art. 208, inciso III, que sugere, para o atendimento às pessoas com deficiência, a prioridade na rede regular de ensino. (Belther, 2017, p. 44).

A evolução das políticas educacionais no Brasil reflete o esforço contínuo de consolidar a educação inclusiva, respaldada por marcos legais que visam assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estu-

dantes em um ambiente escolar acessível. No entanto, apesar dos avanços na educação ao longo da história do Brasil, a inclusão enfrenta ainda muitos desafios. Não se trata apenas de inserir estudantes com deficiência nas salas de aula regulares, mas também de criar um ambiente que seja de fato inclusivo, para que todos possam ter acesso a um ensino de qualidade e se sintam pertencentes ao contexto escolar. Para isso, é essencial promover estratégias que garantam a equidade nas aprendizagens, considerando as diferentes

necessidades dos educandos e estabelecendo relações que favoreçam a participação de todos.

2 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

A construção de uma escola que seja de fato inclusiva exige uma mudança profunda na forma como a educação é concebida. Apesar dos avanços legais e das diretrizes que garantem o direito à educação para todos, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais. Garantir que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade requer investimentos por parte do Poder Público em infraestrutura, formação docente continuada e estratégias metodológicas que atendam às necessidades de cada educando.

É inegável que, em muitas realidades brasileiras, há falta de acessibilidade física nas escolas, escassez de recursos tecnológicos e inadequação de espaços pedagógicos para atender às necessidades de todos os educandos. Muitas instituições não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados, sinalização adequada ou salas multifuncionais que possibilitem a implementação de estratégias para buscar a equidade no ensino.

Ao abordar a importância da formação de professores, Figueiredo (2013, p. 41) apud Belther (2017, p.68), destaca que, tanto a formação inicial quanto a formação continuada de professores, devem considerar a inclusão de todos os educandos e o seu acesso ao ensino superior. Para isso, é fundamental que essa preparação se baseie em princípios essenciais que forneçam aos educadores as ferramentas adequadas para planejar o ensino e realizar a gestão de sala de aula. Além disso, aspectos éticos, políticos e filosóficos precisam ser incorporados à formação docente, permitindo que esses profissionais compreendam seu papel e o da escola diante do desafio de preparar uma nova geração, apta a enfrentar as transformações do mundo atual.

A formação de professores e demais educadores é um grande desafio, pois muitas vezes esses profissionais não recebem a capacitação necessária para lidar com a diversidade dentro do espaço escolar. A ausência de formação continuada específica sobre práticas inclusivas pode gerar insegurança e dificuldades na adaptação dos conteúdos e estratégias de ensino. Ademais, a sobrecarga de trabalho

e a falta de apoio de equipes multidisciplinares tornam a prática da educação inclusiva ainda mais complexa.

Nesse contexto, Diaz (2020, p.59), enfatiza que:

[...] a formação inicial e continuada dos professores é um dos problemas que a educação inclusiva enfrenta em seu processo de inclusão, e talvez o que ganha mais destaque. É necessário pensar em formação continuada além da capacitação técnica, envolvendo também a prática pedagógica na perspectiva inclusiva, tendo como objetivo a reflexão e articulação de novos saberes, de todos os envolvidos no processo de inclusão, para então garantir a educação para todos. Dessa forma, acredita-se que o maior desafio posto para a formação continuada dos professores é a questão de reproduzir conhecimentos suficientes para proporcionar novas atitudes, trazendo compreensão de situações complexas para o ensino, fazendo com que os professores estejam preparados e qualificados para desempenhar seu papel de maneira responsável e satisfatória.

A construção de uma escola inclusiva passa pela reformulação das propostas curriculares, para que a diversidade dos estudantes seja contemplada, garantindo assim, o direito de aprendizagem a todos. Um dos principais desafios nesse processo é a adaptação

dos conteúdos para atender às diferentes necessidades dos estudantes, respeitando seus ritmos de aprendizagem e suas especificidades. O respeito à pluralidade no ambiente escolar deve ser fomentado, e é essencial a implementação de um currículo flexível, que permita a personalização do ensino, oferecendo materiais adaptados, metodologias diferenciadas e estratégias que favoreçam a participação com equidade de todos os educandos.

A flexibilização dos conteúdos é outro fator que envolve também a formação dos professores, que precisam estar preparados para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante, promovendo assim, um ambiente de aprendizagem que seja de fato inclusivo.

Não se trata de fazer remendos ou propostas de currículos separados. A perspectiva inclusiva rejeita qualquer proposta de um currículo diferente para alguns, recortado e empobrecido [...] A inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais depreende de uma ação escolar essencialmente pedagógica. Mesmo que em razão de suas condições ou situação social a criança apresente problemas de aprendizagem que requeiram atendimento educacional especializado, é fundamental que ele seja realizado tendo em mente que esse sujeito social está historicamente situado, tem interesses e necessidades relativos à sua faixa etária, tem direitos e deveres, entre os quais o de acesso à educação escolar formal. Assim, como sujeito na educação, mesmo que com suas diferenças significativas em relação à grande maioria dos alunos de sua idade. (FERNANDES, 2007, p. 167 apud DIAZ, 2020, p. 34).

A educação inclusiva não deve se basear em currículos paralelos ou fragmentados, mas em uma abordagem pedagógica que garanta a participação de todos os estudantes no mesmo processo educativo. A proposta inclusiva não defende

um currículo diferenciado ou simplificado para alguns, pois todos, independentemente de suas condições, têm direito a uma educação de qualidade que considere sua história de vida. Mesmo quando há necessidade de atendimento educacional especializado, é essencial que esse suporte seja oferecido sem comprometer o acesso ao currículo formal, garantindo que todos sejam reconhecidos como sujeitos no processo educativo.

Figueiredo (2013, p. 44) apud Belther (2017, p. 69), aponta para a necessidade de uma cultura inclusiva, na qual se propõe, dentro do ambiente escolar, a criação de uma comunidade marcada pelo senso de colaboração e acolhimento:

Deste modo, é o desenvolvimento de uma cultura inclusiva que possibilita mudanças na política e, consequentemente, nas práticas pedagógicas. Assim, é fundamental olhar para a escola em sua totalidade e articular as práticas educativas e intervenções na óptica destas dimensões. (FIGUEIREDO, 2013, p. 44).

De acordo com Oliveira (2022, p. 70), para que a escola adote uma abordagem inclusiva, é fundamental que toda a equipe escolar esteja comprometida com o planejamento e implementação de ações voltadas para essa finalidade. A experiência demonstra que o comprometimento da equipe gestora é essencial para estabelecer uma cultura escolar inclusiva, que deve ser construída continuamente na rotina escolar. Nesse contexto, o pedagogo desempenha um papel fundamental, pois sua formação inicial frequentemente o capacita para atuar na gestão educacional, contribuindo diretamente para a promoção de práticas que garantem a inclusão de todos os estudantes.

Cabe à equipe gestora promover um ambiente acessível, garantindo recursos pedagógicos adequados, infraestrutura adaptada e formação continuada para os professores, a fim de que todos os educadores possam atender às necessidades dos estudantes.

Além disso, a gestão deve atuar de forma articulada com as famílias, profissionais da educação e demais membros da comunidade escolar, fortalecendo o trabalho colaborativo e a construção de práticas pedagógicas que favoreçam as aprendizagens.

A promoção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade é um aspecto essencial para que a inclusão seja, de fato, consolidada no cotidiano. Dessa maneira, uma gestão comprometida e bem estruturada se torna um pilar essencial para garantir

que uma educação especial seja conduzida com equidade e qualidade,

proporcionando aos estudantes condições reais de desenvolvimento, e garantia de acesso ao currículo.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto no texto, fica evidenciado que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva ainda enfrenta grandes desafios, em que pese os avanços legais e políticas públicas que garantem o direito à educação para todos. Um dos principais obstáculos é a adaptação das instituições de ensino para atender às necessidades dos estudantes. Muitas unidades escolares ainda carecem de infraestrutura adequada, que limitam a acessibilidade e a participação desses educandos no ensino regular.

A análise histórica demonstra que a trajetória da educação inclusiva no Brasil foi marcada por mudanças paradigmáticas, saindo de um modelo segregador para uma perspectiva de integração e, posteriormente, de inclusão. Esse processo foi impulsionado por legislações fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Contudo, a efetivação desses direitos ainda enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas e culturais, que precisam ser continuamente debatidas e enfrentadas.

Diante do que foi apresentado, a formação docente aparece como um dos elementos centrais para o sucesso da inclusão. Para que a escola seja um espaço de fato inclusivo, é imprescindível que os educadores estejam preparados para atuar, compreendendo a diversidade dos estudantes e utilizando estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades. Além disso, é fundamental que haja investimentos em infraestrutura acessível, adaptação curricular e recursos pedagógicos que favoreçam a participação de todos.

Por fim, a construção de uma escola inclusiva exige uma mudança de toda a comunidade escolar, com o pleno reconhecimento da diversidade como um valor fundamental para o desenvolvimento humano e social. A inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético e pedagógico para a construção de uma sociedade mais justa. Somente por meio de ações

concretas e contínuas será possível garantir que a educação cumpra seu papel transformador, proporcionando oportunidades para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BELTHER, Josilda Maria (org.). Educação Especial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

DIAZ, Joice Martins. Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico- social brasileira. Curitiba: Contentus, 2020.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro. Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Aline Maira. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.